

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 541.337 - SP (2019/0317069-3)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : MARCELO CAVALINI FERNANDES**  
**ADVOGADO : MARCELO CAVALINI FERNANDES - SP171796**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MARCELO DE SOUZA SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **MARCELO CAVALINI FERNANDES** em que se aponta como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu o pedido de medida liminar veiculado no *writ* originário (*Habeas Corpus* Criminal n. 2001544-28.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso, preventivamente, em 30/11/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, I e IV, § 4º, segunda parte, c/c o art. 14, inciso II e art. 26, *caput*, todos do Código Penal (por duas vezes – em relação às vítimas Lohana e Rafaela) e art. 121, § 2º, I e IV e VI, c/c art. 14, II e art. 26, *caput* (por uma vez – contra a vítima Lucinéia), todos do Código Penal. O acusado veio a ser posteriormente pronunciado.

Irresignada, a defesa impetrou o primevo *writ*, perante o Tribunal de origem, nos autos do qual o Desembargador Relator indeferiu o pedido liminar, que pretendia a extensão da revogação da prisão preventiva obtida por corrêu, para que pudesse recorrer em liberdade (e-STJ, fls. 96-97).

Nesta Corte, alega a defesa a existência de constrangimento ilegal, pois o decreto segregatório invocou a garantia da ordem pública para embasar a constrição do paciente, muito embora "a prisão [tenha acontecido] 6 meses depois do ocorrido [e], nesse intervalo, o réu continuou trabalhando, não cometeu nenhum outro crime, não ameaçou testemunhas, não tumultuou o processo" (e-STJ, fl. 10).

Aduz que o Juízo de primeiro grau não observou os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, limitando-se a discorrer sobre a gravidade abstrata do delito.

Invocando o princípio constitucional da presunção de inocência, assevera que o acusado possui residência fixa e profissão lícita.

Requer, assim, a concessão da ordem, para que seja revogada a prisão preventiva do paciente. Alternativamente, pugna pela aplicação de qualquer das medidas previstas no art. 319 do CPP.

A liminar foi indeferida à fl. 157 (e-STJ).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 163-202 e 205-211), o Ministério Público Federal manifesta-se pela prejudicialidade do *writ* (e-STJ, fls. 213-216).

### É o relatório.

De início, vale lembrar que esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da

# Superior Tribunal de Justiça

Súmula 691/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar, por não verificar a presença dos requisitos autorizadores da medida de urgência.

Ainda que assim não fosse, em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa, cabendo ao impetrante apresentar documentos suficientes à análise de eventual ilegalidade flagrante no ato atacado. Compulsando os autos, contudo, verifica-se a ausência de peça essencial ao deslinde da controvérsia, notadamente a cópia integral da decisão impugnada – a defesa acostou aos autos apenas trecho daquele *decisum* (e-STJ, fls. 96-97) – o que obsta a análise da plausibilidade do pedido formulado.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. MANDAMUS NÃO INSTRUÍDO COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. É ônus da defesa municiar o órgão julgador com a prova pré-constituída de suas alegações, mormente quando se trata de profissional habilitado ao exercício da advocacia.

2. No caso, a impetração não se encontra acompanhada dos documentos necessários para o deslinde da causa, notadamente as decisões proferidas nas instâncias ordinárias, o que impossibilita compreender integralmente os fatos mencionados e analisar o constrangimento alegado.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 481.235/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 27/06/2019)

# Superior Tribunal de Justiça

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. CÓPIA DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. AUSÊNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO LIMINAR DO PEDIDO QUE SE IMPÕE.

1. O habeas corpus não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações. Cabe ao impetrante o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no writ. Precedentes.

2. Caso em que a impetrante não se desincumbiu do ônus de possibilitar o adequado enfrentamento da matéria, por não haver trazido aos autos cópia da decisão do Juiz da execução, nem mesmo após a interposição de agravo regimental a peça essencial faltante foi juntada.

3. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 420.032/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017)

Saliente-se, por fim, que, conforme revelam as informações prestadas pelo Tribunal de origem, às fls. 205-211 (e-STJ), a 12ª Câmara de Direito Criminal daquele sodalício julgou o mérito da impetração, no dia 13/2/2019, tendo denegado a ordem.

Nesse contexto, ressalte-se que a superveniência do julgamento do *writ* pela instância *a quo* prejudica a apreciação deste *habeas corpus*, visto que foi proferida nova decisão, substituindo o *decisum* aqui atacado.

A propósito, confira-se o seguinte precedente:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. ATO INFRACIONAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DAS ATIVIDADES EXTERNAS A SEREM DESEMPENHADAS PELO MENOR DURANTE O CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. ILEGALIDADE MANIFESTA NÃO DEMONSTRADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO.

1. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão que aprecia o mérito do *writ* originário, impetrado no Tribunal a quo, torna prejudicada a análise do *habeas corpus*, impetrado na instância superior, que ataca a decisão indeferitória da liminar naquela primitiva impetração.

2. *Agravo regimental prejudicado.*"

(AgRg no HC 316.460/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 1/6/2015.)

Diante do exposto, com fulcro no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator

